

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

Entrevista

Alonso de Lucena Goulart

Eduarda Fernandes Lima

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v13i2p342-378

APRESENTAÇÃO

Toda edição da Revista Epígrafe conta com uma entrevista com um historiador, atuante seja na Universidade ou no ensino básico. Um de nossos principais objetivos é apresentar aos nossos leitores as diversas vivências profissionais do historiador, bem como as experiências acadêmicas de cada um dos entrevistados, de forma a ampliar as possibilidades de nossa carreira. Para nosso dossiê temático Patrimônio, Cultura Material e Memória, pensamos em procurar profissionais que atuassem neste campo que, de certa forma, une os três pilares da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão.

Os museus universitários são, muitas vezes, a primeira experiência do estudante de História na área. Mais que espaços de pesquisa e de difusão do conhecimento, esses museus também são espaços de formação de estudantes universitários, que une experiências práticas - como estágios e iniciação científica - e teoria, além de terem também um papel fundamental no diálogo com o público. O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP está situado dentro da Cidade Universitária e oferece disciplinas optativas livres de graduação, bem como bolsas de estágio e de pesquisa nas áreas de Arqueologia e Museologia, além de sediar os programas de

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

pós-graduação, Mestrado e Doutorado em Arqueologia e Interunidades em Museologia, no nível de Mestrado.

No final de 2023, conversamos — em nossa primeira entrevista presencial após a pandemia de Covid-19 — com o historiador e arqueólogo Maurício André da Silva, ex-aluno do Departamento de História da USP e Educador Museal no MAE para dialogarmos sobre o papel dos museus na formação do historiador, o ofício do arqueólogo e o papel político da Arqueologia e da História.

Maurício é historiador, tem mestrado e doutorado em Arqueologia pela USP e em suas pesquisas trabalhou com museus comunitários e comunidades tradicionais no contexto Amazônico. Sua dissertação de mestrado e tese de doutorado foram reconhecidas pelo IPHAN com o Prêmio Luiz Castro Faria, em 2015 e 2023, respectivamente. Maurício foi estagiário do Setor Educativo do MAE-USP durante a graduação e atualmente ocupa o cargo de coordenador do mesmo, atuando também na formação dos estagiários e bolsistas que atuam junto ao Museu. Em nossa conversa, Maurício nos contou sobre suas experiências acadêmicas no MAE e sobre o ofício do Educador Museal, profissão pouco conhecida mas bastante presente entre as possibilidades profissionais do historiador. Boa leitura!

Revista Epígrafe: Boa tarde, Maurício! Poderia falar um pouco da sua trajetória (como e por que escolheu o curso de História; por que decidiu fazer pós-graduação em Arqueologia; como chegou nos temas/problemas de pesquisa do mestrado e doutorado e na sua atual área de atuação)?

Maurício Silva: Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de poder falar um pouco do nosso trabalho no MAE, falar da nossa profissão como educador museal e também desta minha experiência na universidade como estudante, como estagiário, como servidor e como aluno de pós, também. Acho que é interessante falar um pouco sobre essas histórias porque elas vão mostrando caminhos aos estudantes e o que tem de possibilidade dentro da universidade. Bom, eu entrei na História, na graduação em 2004 no período noturno e a escolha pelo curso de História foi muito pelo meu interesse pela área de humanas em geral, mas sobretudo pelo meu foco, pelo meu desejo de ser professor. Durante o ensino médio eu tive professores marcantes na minha trajetória, como muitas pessoas e eu vi o campo da História como uma possibilidade de atuação, mas na sala de aula na rede formal de ensino. Era esse o meu desejo: trabalhar na escola, trabalhar ensinando história. Eu venho de um origem classe média, classe média baixa periférica, eu não tive dentro da família essa experiência de pais acadêmicos, de pessoas que já viviam a universidade, para mim foi tudo muito novo entrar na USP. Na verdade, foi uma transformação porque eu sou oriundo da zona leste de São Paulo. O ensino médio eu fiz no Instituto Federal de São Paulo, na [estação] Armênia, não sei se ainda é esse nome porque vive mudando, quando eu fiz era CEFET, mas acho que agora é Instituto Federal. E essa experiência de estudar no IF também já me abriu muitas possibilidades de vivenciar a cidade, de circular pela cidade, de conhecer pessoas de outros bairros, de outras origens. No ensino médio eu tive essa experiência que foi bem marcante e com isso eu criei esse desejo, essa vontade de ser professor e como eu tinha uma familiaridade com a área de humanas em geral, eu escolhi História. Era a área que, para mim, era mais palpável. Mas, quando eu entrei na História, a gente

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

entende que estudar, fazer uma graduação em História é completamente diferente, então o bacharelado em História, tem esse foco muito voltado para a pesquisa em História, no primeiro e segundo semestre foi um choque para mim, teve estranhamentos positivos e desde cedo eu sempre trabalhei. Nessa época eu trabalhava em uma loja, que meu irmão tinha na Galeria do Rock, eu trabalhava no período diurno e à noite eu fazia as aulas. Conversando com os colegas, fui sabendo das bolsas que tinham para os estudantes na Universidade e um dia, por acaso, dentro daquela perspectiva do aluno ingressante que entra na USP e acha tudo maravilhoso, é tudo incrível, quer conhecer e quer participar de tudo, quer ir em palestra, ir no CEPE (Centro de Práticas Esportivas da USP), quer ir no CINUSP, quer ir nos museus... Dentro desse movimento, eu por acaso conheci o MAE, achei o MAE incrível. Para mim, arqueologia, museologia, etnologia, não faziam parte da minha realidade, também foi uma descoberta durante a graduação, porque na minha própria formação eu não tive esse contato com a arqueologia. Normalmente quem se torna arqueólogo traz muito essa narrativa: “ah, desde pequeno eu quero ser arqueólogo, queria ser arqueóloga”... Para mim, eu nunca pensei nessa profissão. [risos] Foi visitando o MAE, que eu achei incrível a exposição de longa duração chamada “Formas de Humanidade”, que ficou em cartaz até 2010 e eu me candidatei à uma bolsa, na época era uma bolsa do COSEAS, da assistência social e o Educativo do MAE oferecia algumas vagas. Eu fiz a seleção e naquele momento não fui selecionado, mas logo no começo de 2005, em janeiro, uma das educadoras entrou em contato comigo para ver se eu tinha interesse de participar de um outro projeto da pró-reitoria, de uma outra bolsa. Foi dessa forma que eu entrei, digamos, no

campo da Arqueologia, da Museologia. Foi um processo muito tão transformador conhecer essa área, que eu mudei radicalmente o meu interesse. Eu vi, uma possibilidade profissional de atuação no campo dos museus, para além da sala de aula. Eu vi que eu poderia, como historiador, também trabalhar no campo dos museus, da educação museal, no campo da mediação. Ao longo da graduação eu também trabalhei em outros museus da cidade de São Paulo como educador.

Como eu cheguei nos meus temas de pesquisa, tanto do mestrado e do doutorado, acho que se deu muito por essa experiência prévia do estágio no MAE, no setor Educativo e também pelo meu contato com o grupo de pesquisas do professor Eduardo Góes Neves, que atuava na Amazônia. Eu fiz meu primeiro trabalho de campo na Amazônia dentro do projeto do professor Eduardo em 2009 e com uma perspectiva bem específica de auxiliar a Carla Carneiro, que estava desenvolvendo o doutorado dela na região com o trabalho de extroversão. E Dessa forma, eu participei do meu primeiro sítio-escola na Amazônia. O sítio escola é uma formação prática na arqueologia, que iam alunos do Brasil inteiro fazer essa etapa de campo, que durava um mês e tinha muitas frentes. Tinha o pessoal escavando, o pessoal trabalhando com análise, o pessoal já fazendo uma parte do trabalho curatorial e de conservação e tinha a Carla cuidando da parte de extensão, da parte da educação patrimonial e da relação com as comunidades. Nesse primeiro campo eu fui ajudá-la, também aprender, foi transformador conhecer, sair de São Paulo, conhecer outras realidades, entender a nossa própria sudestinidade, desconstruir esses estereótipos sobre a Amazônia, sobre as populações atuais locais... Foi dessa forma que eu criei esse interesse e essa vontade de trabalhar com o contexto amazônico. De forma bem resumida [risos].

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

RE: Antes de estar como servidor público no MAE, você foi, durante a graduação, estagiário aqui. De que forma você acredita que o museu impactou sua carreira como historiador e, ao seu ver, como os museus universitários contribuem para a formação dos alunos?

MS: Como eu pontuei na questão anterior, a possibilidade de fazer um estágio no MAE, que é um museu universitário, foi um divisor de águas, foi muito transformador porque me apresentou uma nova possibilidade de atuação profissional que eu nunca tinha vislumbrado antes de entrar na universidade. Os museus universitários têm um papel importante, sensibilizar as novas gerações para o campo dos museus, , para o campo da pesquisa no âmbito dos museus, para o campo da cultura material e das diferentes áreas que esses museus atuam.

Na USP temos os quatro museus estatutários, o MAE, o Museu de Arte Contemporânea, o Museu do Ipiranga e o Museu de Zoologia e eles cumprem esse papel dentro da universidade, trabalhando com as três grandes áreas do conhecimento - humanas, exatas e ciências naturais, possibilitando que os jovens possam ter além do ensino em seu departamento de origem, vivenciar a parte da pesquisa, vivenciar sobretudo a parte da extensão., A minha vivência como estagiário no MAE foi de fato muito marcante na minha vida e a partir disso criei interesse pela área dos museus, pela área da Museologia, fui buscando disciplinas em outros departamentos e também busquei estágios em outros museus da cidade de São Paulo...

São Paulo também tem esse benefício de ter muitos aparelhos culturais, eu também fui estagiário e trabalhei no Memorial da América Latina, na Pinacoteca de São Paulo, em duas Bienais Internacionais de Arte, no Instituto Tomie Ohtake... Essas experiências foi fortalecendo meu interesse pelo campo dos museus, pelo campo da cultura, digamos assim, e fui atuando e me formando como historiador durante esse processo. Mas isso só foi possível devido ao MAE, ao entrar na Universidade, ela oferece uma série de frentes para essa vivência estudantil, os museus têm um papel importantíssimo, não só de mostrar nossos acervos, mostrar as temáticas que a gente desenvolve, mas também propiciar o contato com essas outras áreas do conhecimento. Os museus dentro das universidades são bem importantes.

RE: Sua dissertação de mestrado, intitulada “Memórias e Histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia”, foi vencedora da 4ª edição do Prêmio Luiz de Castro Faria (CNA-IPHAN), em 2015! Poderia nos contar um pouco sobre essa pesquisa e sobre a experiência de receber o prêmio?

MS: Eu realizei o mestrado entre 2011 e 2015 a temática de pesquisa surgiu a partir de um convite do professor Eduardo Neves, que trabalha na Amazônia há muito tempo. Ele estava abrindo uma nova frente de atuação em Rondônia, tentando entender a história de longa duração daquela região. Ele e sua equipe entraram em contato com O Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, que tinha acabado de ser inaugurado e, como ele já conhecia minha trajetória, já conhecia meu interesse pela educação, pelos museus e museologia, ele sugeriu se eu não gostaria de usar a experiência desse museu como tema de pesquisa. Até então, eu tinha ido para alguns projetos, participado de algumas escavações no estado do Amazonas, eu também

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

não conhecia Rondônia e foi um processo muito interessante, ir para um outro estado da Amazônia, que tem outras características históricas e sociais.

Eu me deparei com essa instituição, dentro de um estado do Norte que tem uma história muito marcada pelo processo de migração. Rondônia, a partir da década de 1960, a partir de um projeto do Estado, foi construída a BR-364, que interligou o Acre ao Sudeste e criou uma via de escoamento, dentro desse projeto desenvolvimentista durante a ditadura militar, que era integrar a Amazônia ao restante do país. Esse projeto foi desastroso porque não consideraram, por um lado nem o meio-ambiente, pois ocorreu um processo de desmatamento enorme, e nem as populações indígenas e tradicionais que viviam nesse território há muito tempo. E, por outro lado, esses migrantes que foram morar nessa região também foram incentivados, por uma política do Estado, no sentido de ocupar essa “terra vazia”. O Estado, naquele momento, acreditava que a Amazônia era uma terra vazia, uma terra virgem que não tinha história e que tinha que ser ocupada. Durante a ditadura, o governo pegou a população, esse excedente de população que estava reivindicando terras em outras regiões do país e fez com que essas pessoas migrassem para essa região. E aí foram pessoas de todo o país, sobretudo migrantes gaúchos e do nordeste, e isso foi um processo traumático para muitas frentes, tanto para os migrantes como para as populações indígenas que estavam ali.

E nesse processo, com o passar das décadas, você já tem a construção das cidades, das escolas, alguns professores de história começaram a se deparar com material arqueológico a partir do desmatamento e sobretudo também com o que seus alunos traziam para a sala de aula. O professor ia dar aula na área rural e

chegava o aluno e falava “olha o que eu encontrei na roça do meu pai” e era uma lâmina de machado, levava um fragmento de cerâmica super antigo, então esses professores, também influenciados pelo pensamento do Paulo Freire, naquela perspectiva de você considerar o seu aluno como um sujeito carregado de bagagem, de história, e que ensinar não é você, digamos, fazer um discurso de cima para baixo, mas você buscar trazer o repertório do seu aluno para o desenvolvimento do ensino, esses professores, mesmo sem saber da Arqueologia, mesmo sem saber exatamente o que era esse material, começaram a fazer um trabalho de guarda e de formar uma coleção com essas peças. Esse museu foi criado no interior do estado de Rondônia, numa cidade que tem um nome... Presidente Médici, homenageando um dos ditadores que governaram o país durante o regime militar, e esses professores começaram a fazer o trabalho de juntar esses materiais e mais a frente, o IPHAN ficou sabendo dessa história e ajudou esses professores a fundarem esse museu.

Essa história para mim era muito interessante porque, de partida, a minha pergunta de pesquisa era entender como esses professores, de uma forma quase intuitiva, contribuíram com a gestão arqueológica. Quais foram as suas impressões e como foi o encontro com essas evidências de uma ocupação pretérita, uma ocupação antiga desse território, como que eles foram trazendo a temática indígena para a região em um contexto fortemente marcado pelo apagamento da história indígena. Eu fiquei muito estimulado a entender, porque querendo ou não, esses objetos foram um “erro de programação” dentro desse discurso do governo de que “aqui é uma terra vazia, uma terra virgem, uma terra de ninguém”. E aí, você desmata, começa a plantar e você encontra urnas, você encontra lâminas de machado, então eu fiquei muito motivado a entender esse movimento dos professores, para isso, na época eu tinha feito um curso no departamento de história com o NEHO, coordenado pelo

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

professor Sebe [José Carlos Sebe Bom Meihy], que já se aposentou, no Núcleo de Estudos de História Oral, eu fiz um curso de extensão no NEHO, fiquei muito entusiasmado pela possibilidade que a História Oral nos traz de trazer outras perspectivas, de trazer essas histórias não-oficiais, de trazer essas histórias de populações que não foram contempladas pela história oficial, como a de populações tradicionais, agricultores, seringueiros, operários... E aí, no projeto eu pensei em juntar a perspectiva arqueológica com a história oral e formei uma rede de colaboradores para entender não só como se deu a construção desse museu mas também uma série de perguntas: como era a relação desses migrantes com a temática indígena, por que que esses professores começaram a valorizar esse material que, em certa medida, não pertencia à sua história, porque eles carregavam outras bagagens afetivas e também não se conectavam diretamente com a temática indígena...

No mestrado eu queria entender todas essas problemáticas para sugerir ao museu a construção de alguns programas. Dessa forma, o meu mestrado teve uma dimensão prática, não foi somente levantar dados mas também contribuir com o trabalho da instituição a partir da minha experiência aqui em São Paulo. Eu ajudei o museu a estruturar tanto o programa educativo quanto o programa de exposições trabalhando com essas outras temáticas. Nesse processo foram surgindo uma série de dilemas, por um lado você tem esses migrantes que não se conectam com a história indígena lendo esses materiais de muitas formas e por outro lado, a arqueologia falando “olha, esse território é ocupado milenarmente”, portanto como

fazemos com que essa história, que a ciência arqueológica se conecte com a população local a partir do trabalho do museu?

Com a pesquisa eu fui indicando alguns caminhos, no sentido de valorizar a história dessas populações, essa história de migração, essa história de luta, essa história de resistência, porque também não foi fácil você largar a sua cidade de origem e ir para uma região que você nunca viveu, lidar com outro meio-ambiente, com outro ecossistema, enfim, com uma série de outros desafios e por outro lado também como se deu esse processo com as populações indígenas que estavam lá e que sofreram todos esses impactos da construção da BR-364. Com isso, eu juntei os campos da Arqueologia, da História Oral e da Museologia, pensando na sua perspectiva educacional. E esse prêmio do IPHAN...

O IPHAN, há um tempo já, oferece essa premiação todo ano, reconhecendo esses trabalhos que lidam com a temática patrimonial e que trazem novas perspectivas e avanços para o campo. Eu me inscrevi na época e fiquei muito feliz com o reconhecimento, até porque dentro da Arqueologia, digamos, o que eu faço é visto como algo... Hoje já mudou bastante, mas digamos, não é uma "Arqueologia de verdade", porque eu não sou aquele arqueólogo tradicional que vai escavar, que tem um sítio para chamar de seu [risos] e que traz o material para o laboratório, analisa... Eu faço uma arqueologia por meio da perspectiva das relações, eu trabalho nessa perspectiva lidando com a relação das pessoas do presente com a materialidade. Portanto ter esse reconhecimento do IPHAN foi ótimo, até para a minha inserção dentro do campo da Arqueologia, foi uma forma de ter uma marca assim, mostrando que esse trabalho tem muito a contribuir para essa Arqueologia que hoje nós chamamos Arqueologia das Gentes, ou essa Arqueologia voltada para essas relações das populações do presente com os materiais do passado. Isso também avançou

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

bastante, hoje em dia isso já é algo consolidado dentro do nosso campo, mas lá no início dos anos 2000 era algo que ainda estava começando, tinha poucas pessoas fazendo esse tipo de trabalho, que é justamente conectar essa história de longa duração com as questões do presente.

RE: Sua tese de doutoramento, “Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da FLONA Tefé, Amazonas”, também foi vencedora do Prêmio, em 2023! Dessa vez você se dedicou especialmente ao tema da educação patrimonial em suas relações com as comunidades tradicionais. Além disso, vimos que você trabalha com comunidades tradicionais na região amazônica e também em São Paulo. Poderia nos falar sobre essas relações (entre educação patrimonial e comunidades tradicionais), além de outros aspectos que levanta em sua pesquisa, como o conceito de “arqueologia parente” e as discussões sobre a construção de museus comunitários?

MS: Bom, eu terminei o mestrado em 2015, nesse momento eu já tinha me tornado servidor público no MAE, eu entrei como educador em 2012, estava metade do mestrado. Quando terminei o mestrado, continuei trabalhando aqui em muitos projetos e recebi o convite de uns colegas que estavam - e continuam - trabalhando no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Uma organização social localizada na cidade de Tefé, no médio rio Solimões, que é a segunda maior cidade depois de Manaus. Esse instituto tem um trabalho incrível, eles buscam conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento humano. Essas pesquisas, que são de

todas as áreas, biologia, ciências humanas..., com diferentes frentes de pesquisa, buscam entender como as populações tradicionais podem ser aliadas da conservação ambiental. Ali foram criadas algumas reservas a partir do trabalho desses pesquisadores a partir das décadas de 1970 e 1980, e o grupo de Arqueologia que já vinha atuando ali há um tempo me convidou para ajudá-los dentro dessa perspectiva da socialização do patrimônio arqueológico a partir da minha experiência. Porque nessa região, e na Amazônia como um todo, é muito comum as comunidades, as famílias morarem sobre sítios arqueológicos. Você chega em uma comunidade e vai andando pela comunidade e você vai vendo aflorando ali uma série de materiais arqueológicos, ou seja, é uma sobreposição, uma reocupação desse lugar. E essas comunidades têm relações com esse material, só que são relações que ampliam as noções ocidentais de preservação e de fruição qualificada com o patrimônio, digamos assim, com essa materialidade. Tem outras relações.

Portanto eu fui convidado pelo Eduardo Kazuo Tamanaha, que coordenava o laboratório de arqueologia do Instituto Mamirauá para pesquisar a região, e submeti um projeto de pesquisa de doutorado, que também foi orientado pelo professor Camilo de Melo Vasconcellos, que é aqui da área de Museologia do Museu. E no doutorado fui com esse olhar para contribuir com a frente de educação patrimonial mas também nessa perspectiva da escuta, porque são comunidades que carregam uma série de conhecimentos, tem toda uma riqueza de relações com esse espaço, eu não queria chegar lá falando “olha, eu vou ensinar para vocês o que é patrimônio arqueológico, vamos lá!” e começo a explicar... Eu fui em um outro movimento, eu fui fazer isso mas numa perspectiva dialógica, de escuta, de aprendizado, de tentar entender essas relações anteriores dessas famílias com esses materiais.

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

Eu trabalhei com duas comunidades específicas, uma que fica dentro da RDS Amanã, que é a Comunidade de Boa Esperança, uma comunidade grande com mais de 100 famílias e que está sobre um sítio arqueológico de 30 hectares, um sítio muito grande, que tem pelo menos 3000 anos de história. E a Comunidade Tauarí, que fica na FLONA Tefé, que em 2014, a comunidade encontrou urnas da tradição polícroma ao construir uma escola. Na verdade, eles foram construir uma escola de alvenaria e se depararam com essas urnas e isso mobilizou o imaginário, mobilizou uma série de histórias. Eu atuei com essas duas comunidades na perspectiva de escuta e também de desenvolver a frente da educação patrimonial. Ao longo do doutorado eu tive a oportunidade de ir algumas vezes, passar um tempo com essas comunidades, e eu fui percebendo uma história muito rica, desde como essas comunidades foram formadas, a luta que essas famílias tiveram para ter a vida em comunidade hoje em dia... Essas famílias, seus antepassados e algumas pessoas quando eram crianças trabalharam ainda na época dos seringais, trabalhavam com o ciclo da borracha, que foi muito forte na Amazônia no final do século XIX e começo do século XX e esse sistema de extração da borracha perdurou até a década de 1970 e 1980, e também da coleta de outros tipos de produto da mata, como castanha, açaí... E era um sistema muito cruel, é o sistema que eles chamam de “colocação”, você tinha um patrão, como eles chamam localmente, que é o dono do barco, o dono do sistema daquela região, ele pega uma família que quer trabalhar e coloca em um determinado ponto isolado da floresta e essa família fica ali um, dois meses trabalhando, coletando produtos da floresta e depois de um mês esse patrão volta com o barquinho e compra essa mercadoria. A família, para continuar trabalhando, precisa de

mantimentos, precisa de açúcar, de querosene, de alguns produtos que não consegue retirar da mata e o patrão fazia a “continha”: ‘ah, vocês me venderam tanto, vocês estão comprando essa quantidade... O que vocês estão comprando é muito maior, então vocês ficam devendo X’, era uma relação em que as famílias sempre ficavam devendo, elas nunca conseguiam sanar a dívida... Um sistema muito cruel e essa realidade começa a mudar a partir da atuação da Igreja Católica na região, que tem a Prelazia de Tefé e partir da década de 1960, esses religiosos influenciados pela teologia da libertação e pelo movimento de educação de base, que tem influência do Paulo Freire também, começam a pregar a palavra cristã mas na perspectiva de mudar a realidade. Não adianta nada você pregar a palavra de deus se você não ajudar essas famílias a sair dessa situação difícil. Portanto a Igreja começou um processo de alfabetização, que foi muito importante, e a formar as comunidades, que eles chamam Comunidades Eclesiais de Base, esses religiosos pegavam essas famílias de diferentes pontos e falavam “olha, vocês não querem morar juntos, no mesmo lugar? Porque vocês vão se ajudar, vocês vão ter mais força, vocês vão fazer os mutirões, uma família ajudando a outra...” Nesse processo que surgem essas comunidades, ao mesmo tempo que essas famílias estão se alfabetizando e adquirindo essa consciência política: o que é você morar em uma comunidade? As comunidades são super organizadas, têm um presidente, tudo que a comunidade decide é feito a partir das assembléias, você tem as votações, é uma decisão coletiva, existe um trabalho de base incrível, que é justamente fomentar esse espírito comunitário que elas carregam até hoje.

Trabalhando com elas, ouvindo essa história e entendendo a relação com o material arqueológico e também tentando entender as relações de parentesco, pois nessas comunidades todo mundo é parente... É primo, é tio, é tia... Os mais velhos

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

falavam para mim “olha, se você ficar aqui com a gente, você também vai se tornar parente”, porque é essa relação de compadrio, de autoajuda, não é uma constituição de uma família consanguínea, é uma relação que se dá por outras abordagens e isso para mim foi uma mudança de chave na pesquisa. Para a Arqueologia ter sentido para essas famílias é preciso fazer esse movimento que é quase de compadrio: eu venho aqui fazer a pesquisa arqueológica, mas eu preciso me envolver nos problemas e nas questões locais, eu preciso também fazer com que essa Arqueologia seja relevante da mesma forma que essas comunidades estão me ajudando e é por isso que eu acabei denominando essa Arqueologia de Arqueologia Parente, como uma alternativa para falar sobre essas Arqueologias Colaborativas.

Existe toda uma discussão internacional das Arqueologias Colaborativas, com um viés anglófono sobretudo, e olhando para esse rico contexto local, eu pensei “poxa, essas comunidades já têm uma perspectiva colaborativa mas a partir de outras abordagens teóricas e que têm a ver com a realidade latino-americana. Por isso eu nomeei essa Arqueologia dessa forma, porque eu também fui percebendo que qualquer ciência que for desenvolvida com essas comunidades, seja na área de Arqueologia, Biologia, Sociologia... Só só faz sentido se tiver uma perspectiva educacional. O eixo educacional para essas famílias é crucial, ou seja, é uma ciência que precisa contribuir com a escola, que tem que ajudar os jovens, que tem que trazer elementos para que essas famílias consigam se empoderar e usar isso a seu favor. Ou seja, a perspectiva educativa da ciência ali é muito importante. Isso eu falava para os meus colegas pesquisadores: “olha, não é só eu que estou trabalhando com a perspectiva educativa da educação patrimonial, aqui todos vocês estão

trabalhando com cerâmica, com arqueobotânica, com fitólitos, fazendo as pesquisas mais variadas da arqueologia, todo mundo em certa medida está desenvolvendo um tipo de relação que passa por esse eixo da perspectiva educacional, porque só dessa forma o nosso trabalho vai ter relevância local.” Foi dessa forma que virei a chave e foi muito por essas histórias de luta e de resistência dessas comunidades, então acabei criando esse termo que dialoga muito com as arqueologias colaborativas mas sobretudo para valorizar essa história local. Como diz aquela pesquisadora indígena Silvia Rivera Cusicanqui, nós precisamos ser memoriosos com a nossa própria história intelectual, não ficar olhando somente para fora e usando conceitos criados no estrangeiro =, sendo que aqui, localmente, a gente também tem uma série de ideias que são incríveis.

Por outro lado, eu também vejo nessa região e nessas comunidades um potencial gigantesco para a criação de museus comunitários. Porque essas comunidades, na minha perspectiva, já são museus, elas têm o patrimônio arqueológico, o patrimônio ambiental, uma história local que é super rica, já possuem vários elementos patrimoniais que podem ser mobilizados dentro desse conceito contemporâneo de museu comunitário, que é a ideia de que o museu não está dentro de um prédio fechado, mas que é a própria comunidade. O chão do museu é o chão da comunidade, o “acervo” desse museu são esses diferentes referenciais patrimoniais, é o conhecimento tradicional da produção da farinha, é o conhecimento tradicional da pesca do pirarucu, é o conhecimento tradicional da coleta do açaí, é a relação com a própria floresta... Enfim, tem muitas coisas que a comunidade já mobiliza que podem ser utilizadas por esse conceito de museu comunitário dentro desse território, então eu aponto essa possibilidade na região, mas para que de fato isso se efetive, a comunidade tem que tomar o protagonismo. Não é a gente, vindo de

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

outra região falando “olha, vamos lá criar o museu!” [risos] Eu converso bastante com as lideranças e falo “vocês já têm tudo para construir esses museus comunitários, mas é isso, depende de vocês. Não adianta eu querer puxar, se vocês quiserem ir para esse caminho, eu posso contribuir.”

No caso de Tauari, por causa das urnas que foram encontradas, a comunidade as quer de volta, a ideia de ter um museu é mais forte, porque vai ajudar no turismo, na geração de renda, vai ajudar na valorização da história local. De forma muito sintética, foram essas abordagens que eu busquei trabalhar na tese, que para a minha surpresa foi reconhecida pelo IPHAN novamente. Eu me inscrevi no prêmio e falei “bom, já ganhei no mestrado, acho que não vou ganhar no doutorado” [risos], mas a banca achou que o trabalho merecia levar esse reconhecimento e eu fiquei muito feliz novamente, porque é justamente uma prática arqueológica que está nessa fronteira da Arqueologia, do Patrimônio, da Antropologia, da Educação, lidando com esses diferentes campos do conhecimento, e uma pesquisa também muito engajada com a valorização dessas histórias locais, dessas pessoas.

RE: Há uma certa distância entre o departamento de História e os museus [da USP] e só agora a reforma curricular do curso está começando a dar ênfase aos estudos de Cultura Material. Como você pensa esse distanciamento?

MS: Quando eu entrei na graduação, essa relação com os museus não era tão forte, dessa forma quando comecei o estágio no MAE, eu já fui logo fazer as disciplinas livres, a gente tem uma quantidade específica de créditos na graduação, acho que

pode fazer no máximo seis, você pode fazer mais mas já não conta créditos para se formar. Logo no primeiro ano, no segundo semestre, eu já abri disciplinas no MAE por conta do estágio e desse meu interesse. E isso foi me introduzindo no campo da Arqueologia, no campo da Museologia e foi transformador. E de fato, no departamento [de História] naquele momento só teve uma disciplina voltada para essa temática que foi uma ministrada pelo Paulo Garcez (Paulo César Garcez Marins, historiador e professor do Museu Paulista da USP), “Museologia Histórica”, que passava pela história dos museus, sobretudo pelos museus nacionais, mas todo o resto eu fiz fora do departamento. Nesse sentido a gente pode considerar que sim, não tinha uma preocupação grande voltada para esse eixo dos museus, da cultura material, naquele momento no Departamento de História.

Por outro lado, na Universidade, existe a possibilidade de fazer disciplinas em outros departamentos e isso também é muito enriquecedor. Eu gastei toda a minha cota de créditos e acabei fazendo disciplinas a mais, inclusive, por conta desse meu interesse que criei pelos museus e pela cultura material. E também, uma outra possibilidade que acaba suprimindo um pouco essa falta de foco do departamento para os museus são os estágios e bolsas, a vivência que os estudantes têm com as bolsas e estágios acabam sendo uma outra formação, porque você vai lidar com outros autores, com outras metodologias, com outras abordagens, outros campos disciplinares e o estágio é fundamental. Hoje tem o PUB (Programa Unificado de Bolsas) que todos os departamentos oferecem e é muito legal, acaba sendo uma forma dos estudantes terem uma formação além do seu curso de origem e no caso dessas bolsas voltadas para extensão, o contato direto com a prática extensionista da Universidade. Acho que existe um pouco dessa distância, sobretudo por conta dessas áreas mais tradicionais da História, História Colonial, História da América, História do

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

Brasil, Ibérica, entre outras, mas isso também está mudando, é muito legal ver que o departamento vai abrir essa disciplina de História Indígena, as temáticas estão mudando, é muito interessante ver esse processo de mudança. Mas quando eu entrei o curso ainda tinha essa camada bem tradicional, mas a sorte, pelo fato de a gente estar na USP, é essa possibilidade de fazer disciplinas em outros departamentos, dos estágios, que acabam sendo uma outra formação, então eu acabei suprimindo essa falta a partir dessa experiência no estágio no MAE, que de fato me deu essa formação para trabalhar no campo dos museus e com a cultura material.

RE: E agora você orienta o pessoal que está no estágio!

MS: Sim, é isso é muito bacana. Como servidor, tenho essa possibilidade de orientar os estágios, as bolsas e fazer esse trabalho. Muito semelhante ao processo de formação que passei, e hoje me vejo nesse lugar de formador. É muito legal ver a transformação que isso ocasiona nos estudantes, vai ampliando as possibilidades, os interesses de temáticas, essa falta de temas relacionados ao campo dos museus acaba sendo suprida.

RE: Como você vê as áreas da Arqueologia, Cultura Material e Educação Museal atualmente? Para um(a) estudante que queira seguir nessas direções, quais seriam aspectos fundamentais a serem considerados?

MS: Pensando na nossa realidade na USP, no caso a gente não tem uma graduação em Arqueologia, mas temos o MAE, que é uma instituição de referência em nível nacional e internacional para essa área, para o estudante que tiver interesse em se aproximar da Arqueologia, sugiro vir cursar uma disciplina livre aqui e também ficar atento as bolsas e estágios. Mesmo que você entre no curso de História, de Ciências Sociais, se você já tem o interesse em se aproximar da Arqueologia, o MAE tem uma série de frentes voltadas para a formação dos estudantes com as disciplinas livres, as bolsas, essa vivência que os laboratórios também oferecem. Inevitavelmente, no caso da Arqueologia, vai lidar com a cultura material, pensando também na diferença da Arqueologia para a História, elas se aproximam em muitos aspectos mas o que talvez difere o profissional da Arqueologia do historiador é essa formação é essa especialidade para trabalhar com a cultura material. É claro que dentro da História também tem pesquisadores que vão lidar com cultura material, mas na Arqueologia ela tem uma centralidade por conta dos vestígios arqueológicos, desses elementos que sobrevivem ao tempo que são alvo da nossa análise, então isso acaba nos dando um olhar muito específico para trabalhar com esse tipo de evidência, esse tipo de documento histórico, digamos assim. E por outro lado também a nossa possibilidade de trabalhar com a longa duração, então diferente do historiador e da História, a gente sempre lida com tempos muito recuados, no caso da minha tese de doutorado trabalhando com as comunidades ribeirinhas, uma delas morava sobre o sítio arqueológico de Boa Esperança, que possui 3000 anos de ocupação, com diferentes momentos de reocupação.

Eu abordei a longa duração para trabalhar com as comunidades hoje no presente e isso a Arqueologia faz muito bem, ela consegue trabalhar com essas temporalidades mais alargadas, que é um pouco distinto da História. Mas

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

inevitavelmente a gente lida com esse aspecto da cultura material, pegando aquela definição clássica do Professor Ulpiano Bezerra de Meneses, que é a ideia de entender a cultura material como um vetor de relações sociais. Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente, ele também está produzindo novas ideias, novas relações, novas interpretações. Os objetos têm essa capacidade, a gente interpreta eles mas eles também agem sobre nós, eles também ajudam a transformar o presente, ajudam a recontar as histórias. Um bom exemplo é ver as relações dos grupos indígenas com esses materiais mais antigos, que reforçam a ancestralidade, reforçam essa história antiga, potencializa as noções de pertencimento. Na questão indígena isso é ampliado, não só para a materialidade mas para as paisagens, para os lugares significativos...

No campo da educação museal, para os estudantes que possuem interesse na educação que é praticada nos museus, pensando na nossa realidade na USP, uma sugestão é se aproximar dos museus universitários. Não somente os museus os Estatutários, mas também os museus de departamento, como o Museu de Geociências, o Museu de Anatomia Veterinária... Minha sugestão é se aproximar dessas instituições e buscar bolsas e disciplinas optativas que esses museus oferecem. No MAE nós temos algumas disciplinas que os alunos podem procurar, como as que professor Camilo [de Mello Vasconcellos], a professora Cristina Bruno e a professora Marília [Xavier Cury] oferecem nesse campo. . Na minha experiência, ter passado pela prática aliada à teoria foi muito importante. E hoje tem um movimento

nacional que está cada vez mais se desenvolvendo sobre a educação museal. Existe uma política nacional de educação museal que foi lançada em 2017 pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e foi uma política construída pela base, a partir desses profissionais, que vai justamente consolidar este campo como um campo teórico, prático e conceitual que se dá muito nesse fazer dentro dos museus e nesses processos de musealização. Portanto a educação museal no Brasil já nas últimas décadas conseguiu se consolidar como essa prática diferente da escola, ela tem suas especificidades mas obviamente tem uma relação muito forte com a escola mas não é a mesma coisa. O que fazemos nos museus é completamente diferente do que se faz na escola, entre muitos outros aspectos. A educação museal tem crescido muito como campo político, de atuação e de potencialização dos museus como esses lugares que têm um papel social, que têm um papel de atuação na sua realidade.

A educação museal nesse sentido tem um eixo muito importante dentro do processo curatorial, entretanto, ainda a educação é sempre vista como uma área menor, uma área que geralmente não é valorizada, seus profissionais ganham menos.. Você tem uma série de fatores que fazem com que a educação no país seja dessa forma, é um projeto político, mas no campo dos museus é uma área super organizada, super articulada. Tem uma série de redes, as REMs (Rede de Educação em Museus): a REM-SP, a REM-BRASIL, todo estado tem sua rede de educadores que basta você querer entrar para participar. É a maneira que o campo encontrou de se fortalecer, porque a educação museal não é uma profissão reconhecida, isso traz uma série de problemas, tanto do ponto de vista da formação como da atuação. Para você ser educador museal, qual curso você tem que fazer? É muito variado, cada educador tem uma história: “ah eu entrei na Biologia e comecei a fazer estágio no Museu de Microbiologia...” são as histórias mais variadas no ponto de vista das formações

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

também. Hoje tem esse movimento de tentar consolidar a área, e para quem tiver interesse, o estudante - no caso da USP -, eu sugiro especialmente se aproximar dos museus, das disciplinas, dos estágios e ficar atento a toda essa mobilização nacional que tem em relação ao campo também.

RE: O setor educativo do MAE promove várias atividades direcionadas para formação de professores (Formações Abertas, USP Escola etc), além das atividades escolares que recebem turmas desde o ensino fundamental até o médio e os kits didáticos. Mas, ao pensar no trabalho dos historiadores em museus, normalmente se pensa nos setores de curadoria (conservação e restauro, documentação, etc). Como é o trabalho do educador museal?

MS: Tem um dado importante em relação a essa pergunta, claro que ao trabalhar nos museus você pode atuar em várias frentes do processo curatorial museológico, como vocês colocaram, conservação, documentação, expografia e também da educação museal. Mas tem um dado importante, inclusive foi feita uma pesquisa recente pelo IBRAM, por conta da Política Nacional de Educação Museal, que buscou mapear quem são esses profissionais no Brasil e uma boa parte dessas pessoas que trabalham com a educação museal vêm da História, a maioria. Aqui no MAE também, a maioria dos nossos bolsistas vêm da História, tem alguma ligação latente da História com os museus que é muito forte, claro que a gente tem bolsistas de outras áreas mas é sempre um número menor. Existe alguma motivação na formação do historiador que acaba levando esses profissionais para trabalharem no campo dos museus.

RE: Por curiosidade, quais são as outras áreas?

MS: No MAE sempre teve a maioria de alunos da História, depois na sequência vêm Ciências Sociais e Geografia e vai aparecendo algumas outras formações como: Pedagogia, Turismo, Artes de vez em quando... A gente já teve pessoas da Terapia Ocupacional, mas são casos muito pontuais, a grande maioria é sempre pessoas da História e isso é muito bacana. Aqui também no MAE boa parte dos professores e do quadro técnico, fez a primeira graduação em História e aí depois o mestrado é na Arqueologia ou na Museologia... Também tem a ver com a minha trajetória: eu fiz História e depois o mestrado e doutorado na Arqueologia, então a História acaba tendo esse destaque nos profissionais, as pessoas acabam criando esse interesse nos museus.

E pensando nesse trabalho da educação museal, é muito amplo. De forma geral o nosso papel é aproximar os diferentes públicos da instituição e para fazer isso a gente tem muitas estratégias: trabalhar com as escolas, tanto com os estudantes como com os professores, é também pensar naqueles públicos que não visitam a instituição e porquê, todo museu vai ter o público que mais frequenta e o que menos frequenta, é um dado e a partir disso o profissional [educador museal] precisa desenvolver programas específicos para tentar atrair esses públicos. Por que essa parcela da sociedade não visita nossa instituição? O que está acontecendo no ponto de vista da comunicação museológica, que tem a ver com os estudos de público dentro das instituições. Dessa forma o trabalho do educador museal é muito amplo, mas está sempre nessa perspectiva de reforçar o papel democrático e social dessas instituições. Aqui no MAE somos uma instituição pública, está aberto para todo

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

mundo, nossa pergunta é: todo mundo frequenta o MAE? Quem frequenta? Quem tem deixado de frequentar? E a partir disso a gente vai desenvolvendo nossos programas. Nosso setor a no MAE tem uma história muito interessante que está relacionada com a criação do próprio museu, o setor educativo tem mais de quatro décadas de atuação, portanto formou muita gente, muitos profissionais passaram por aqui, mas nosso público mais forte, assim como de boa parte dos museus brasileiros, são as escolas. Boa parte do nosso público visitante no Educativo são as escolas, os professores que se mobilizam para trazer os seus estudantes para entrar em contato com os nossos acervos e com as nossas temáticas. O trabalho do educador museal é muito dinâmico, você vai planejar atividades, vai desenvolver teoricamente e metodologicamente ações para trabalhar com esses públicos, vai participar dos processos curatoriais museológicos... Aqui no MAE essa é uma característica muito legal, o Educativo participa do processo curatorial, a gente se envolve desde o início da concepção de uma exposição, trazendo questões, ideias, ajudando também a desenvolver as pesquisas de público para tentar entender quem é o seu visitante, fazer projetos e criar parcerias com outras instituições, ajudar no processo de formação de novos profissionais... É uma atuação muito ampla e sobretudo o que eu acho mais legal é estar em contato com o público nesses trabalhos de mediação, que é o nosso papel criar essas conexões. Meu papel como educador no MAE não é explicar ou fazer com que as pessoas saiam daqui sabendo o que é Arqueologia, o que é Antropologia, o que é Museologia, claro que passa por esse lugar, mas nosso papel como educador vai além, é fazer com que as pessoas tenham uma visão crítica, que saiam daqui com perguntas, que saiam daqui pensativas, reflexivas, interessadas,

estimuladas, saiam de sua zona de conforto. Acho que é esse o nosso papel, é instigar, é contribuir também que as pessoas se apropriem desse lugar, que elas também construam relações de pertencimento, que elas construam suas histórias.

O papel do educador museal é muito amplo e muito dinâmico, diferente do professor de história, por exemplo, que querendo ou não tem que seguir toda uma normativa do Estado que ele tem que ensinar, de como ele tem que ensinar, assim como as temáticas a serem ensinadas que estão relacionadas com a faixa etária daquele sujeito, seguindo a BNCC. Independente da abordagem metodológica da escola, não tem muito como fugir e o educador museal, não. Por isso a gente está na educação não-formal. A gente tem muita liberdade do ponto de vista da atuação, da criação, do desenvolvimento dos projetos, do trabalho com o entorno... É um trabalho muito dinâmico e muito rico dentro dessa perspectiva. Além disso, também tem essa interdisciplinaridade, você precisa estar em contato com a Museologia, precisa estar em contato com as áreas de conhecimento daquela instituição, precisa estar em contato com a área de educação... Então percebam como o educador museal está também numa fronteira, você tem que lidar com diferentes campos disciplinares, é uma área super interdisciplinar e hoje, pensando na temática da descolonização dos museus, que vem crescendo, além de lidar com tudo isso, beneficemente temos que lidar com a interculturalidade, lidar com esses outros regimes de saberes. No caso do MAE, é dialogar com os conhecimentos indígenas, com os conhecimentos das populações quilombolas, das populações tradicionais, que têm outras formas de lidar com o tempo, com a memória, com a materialidade... Precisamos dessa perspectiva intercultural no sentido dessas trocas. Portanto, sou suspeito para falar, mas é um trabalho muito interessante [risos] mas também tem muitas questões para melhorar o campo, inclusive uma delas é a própria profissionalização, acho que a gente precisa

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

erguer esse movimento nacional, das REMs e do próprio IBRAM nesse sentido, de tentar de fato ver se algum dia a gente consegue fazer com que essa profissão seja reconhecida.

RE: Entendemos que os museus cumprem um importante papel na legitimação do que é considerado história e memória por uma sociedade, e que esse papel pode ser conduzido em diferentes direções, a depender das tensões sociais imperantes em um determinado tempo histórico. Nesse nosso tempo, marcado, entre outras coisas, pela ascensão de discursos de extrema-direita que, muitas vezes, validam-se a partir da construção de narrativas infundadas sobre o passado, como você enxerga as possibilidades de atuação das/dos profissionais de museu?

MS: É uma pergunta excelente, ainda mais pelo período que a gente passou no último governo e o mundo vem passando por isso, pelo crescimento da extrema direita, dos movimentos reacionários e de fato a História, a memória, a Arqueologia não estão fora disso. A Arqueologia, cada vez mais no país, como um campo especializado tem assumido um papel político, um papel social, não dá pra você acreditar que seu trabalho possui uma neutralidade. Isso em todos os campos do conhecimento já é um consenso, ciência não é neutra, apesar de ter gente que acha que existe neutralidade, mas não existe e a Arqueologia passou por isso. Na própria Alemanha nazista, a Arqueologia foi utilizada para reforçar o discurso da raça ariana, então, ao longo do tempo os campos do conhecimento vão caminhar de acordo com os interesses sociais e políticos daquelas pessoas. Aqui mesmo no Brasil, no século XIX e começo

do século XX, a Arqueologia e os museus [Museu Nacional, Museu Paulista, Museu Paraense Emílio Goeldi], que foram os primeiros museus criados e onde era desenvolvida a ciência no país, porque as universidades surgem depois, reforçavam discursos de inferioridade de raças [naquela época se falava em raça], para falar da inferioridade dos indígenas, das populações negras em detrimento da população branca. Esses museus estavam alinhados com essas teorias racistas que estavam circulando na Europa também, como o darwinismo social.

A Arqueologia fez parte disso, por isso que hoje se fala em descolonizar, da gente trazer um pouco de como essas coleções foram formadas, quais são essas outras histórias que esses acervos nos ajudam a contar sobre a própria história de formação dessas instituições. Atualmente, olhando para o crescimento da extrema-direita, e acho que a gente tem que cada vez mais ficar atento a isso, é alinhar nossa prática da Arqueologia com a defesa da democracia, acho que isso não é algo que está garantido, a gente precisa o tempo todo reforçar como a Arqueologia, sobretudo aqui no Brasil, pode estar alinhada na construção dessas outras histórias e trazer essa história mais antiga do nosso território, para pensar que nos milhares de anos do território do atual Brasil, que a Arqueologia vem evidenciando, por exemplo a Serra da Capivara com datas de 50, 60 mil [anos], o estado de São Paulo que tem as datas mais antigas de 12 mil anos AP, e o que a gente sabe sobre história de São Paulo? Muito pouco! Qual é o componente arqueológico que de fato a sociedade conhece da história desse território? Ainda está muito presa à história dos bandeirantes, dessa forma a ciência arqueológica tem muito com o que contribuir nesse sentido para fortalecer esse aspecto de uma sociedade democrática, de entender essas múltiplas histórias que nosso território carrega. Pensando também a partir de um museu universitário, é o nosso papel na difusão desses dados e da

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

ciência que está sendo produzida, que é o papel geral da universidade - qual é o diálogo efetivo que a USP tem com a sociedade? Com a pandemia e o último governo, isso ficou muito claro, porque a gente ficou assustado e falou “nossa, onde é que essas pessoas negacionistas estavam? De onde que elas saíram?” Elas estavam aí o tempo inteiro, qual que foi o papel da universidade nessas últimas décadas? A universidade esteve na periferia? A universidade esteve fazendo trabalho social? Esteve, mas pouco. Acho que isso tem crescido nas últimas décadas e então outros setores da sociedade conquistaram esses lugares que poderiam ter sido ocupados já há muito tempo pela universidade, oferecendo cursos, formação, difundindo conhecimento, chamando essas pessoas para terem uma vivência dentro da universidade...

Se a gente for para o campo da cultura digital, também é um gargalo muito grande da universidade em geral. Nós estamos ocupando a cultura digital? Nós estamos produzindo conteúdo para este universo? Porque isso é o futuro. Nós estamos nas redes sociais, estamos produzindo conteúdo de qualidade, estamos difundindo o que a gente produz na universidade em outros meios? Para o potencial da USP, é ainda muito tímido, acho que a gente poderia fazer muito mais. Porque o que acontece? Você entra no YouTube e vê uma pessoa X falando da loucura de “Ratanabá”, uma cidade que tem milhares de anos embaixo da Amazônia, sem nenhuma comprovação e rigor científico, esses vídeos que difundem uma pseudo ciência têm milhares de visualizações e por outro lado você tem um vídeo de um pesquisador super renomado que trabalha na região há muito tempo e a quantidade de visualizações é muito pequena. O que que isso nos informa? O que isso fala da

gente? O que isso fala da relação da universidade com a sociedade? O que falta? Por que a gente não consegue chegar lá? Desse modo tem muitas questões que a universidade ainda precisa lidar e superar para de fato defender esse espaço democrático e não fazer com que esses movimentos negacionistas e reacionários ganhem espaço. A Arqueologia por trabalhar com a diferença cultural no tempo e espaço tem muito a contribuir, porque o que a Arqueologia nos ensina? Nós, como pessoas, somos todos iguais no ponto de vista da mesma capacidade cognitiva, mas ao longo da História o que a gente vai percebendo? Que as pessoas foram se reinventando, se transformando, mostrando muitas formas de viver, de nascer, de morrer, de lidar com o tempo... O que nos marca é justamente nossa capacidade de mudança, portanto não tem nada que nos determina, nosso modo de vida atual daqui uns séculos vai ter mudado, porque a gente está mudando o tempo todo, se renovando, recriando e a Arqueologia mostra isso, como a gente consegue se transformar ao longo do tempo. E hoje o que é mais latente é como que esse nosso modo de vida atual capitalista está colocando em risco o próprio planeta, que é esse conceito de Antropoceno, que é super interessante. A humanidade virou um peso geológico na Terra e está extinguindo centenas, milhares de espécies e a nossa própria espécie também está, como dizem vários campos do conhecimento, em risco. E a Arqueologia pode trazer esses outros dados, dizer “olha, existem outras possibilidades de viver, de lidar com a natureza, de lidar com o tempo...” Ela pode sensibilizar as pessoas para esse movimento da alteridade, que é o mais importante, saber lidar com a diferença, então, eu sou diferente, você é diferente, mas nem por isso eu vou tentar te menosprezar ou tentar ler você a partir dos meus referenciais. A gente precisa ocupar esses espaços, a gente precisa estar na sociedade, a gente precisa estar nas redes sociais, a gente tem que fortalecer o campo da extensão.

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

Resumindo, é isso. A universidade coloca muito mais energia na pesquisa e no ensino e a extensão ainda é vista como algo menor.

RE: Como a Educação.

MS: Como a educação. Por isso que a gente está nesse lugar. [Risos]

RE: Vimos que sua pesquisa de mestrado recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além disso, alguns de seus projetos atuais, como o “Arqueologia nas Unidades de Conservação do Médio Rio Solimões”, o “Coleções em Diálogo” e o “Paisagens de memória na FLONA Tefé e RDS Mamirauá: como as populações ribeirinhas do Médio Solimões constroem lugares significativos em seus territórios”, contam também com aportes de agências de fomento à pesquisa, como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, o Banco Santander Banespa e o próprio CNPq, respectivamente. Como você enxerga essas iniciativas e seu impacto na produção de conhecimento?

MS: No país, as agências de fomento são cruciais para o desenvolvimento da ciência, eo CNPq, a CAPES, aqui no estado de São Paulo a FAPESP, entre outros órgãos. Sem essas agências, a gente conseguiria fazer muito pouco, ou muito menos. Um país que quer investir na ciência, no desenvolvimento tecnológico, na soberania tecnológica, precisa fomentar a pesquisa, a gente precisa de políticas públicas, portanto esses órgãos são cruciais. No caso do meu mestrado, eu comecei com uma bolsa do CNPq,

que possibilitou fazer o mestrado, porque o mestrado é com dedicação exclusiva, como você vai se dedicar exclusivamente se você não tem uma bolsa? Apesar de que a bolsa não cobre todos os gastos, mas enfim, essa é uma outra discussão. No meio do mestrado eu me tornei servidor e tive que abrir mão da bolsa. No doutorado eu não tive bolsa, fiz o doutorado trabalhando ao mesmo tempo, que é um desafio também gigantesco, mas foi uma opção porque eu não queria largar o que eu faço porque eu gosto muito, mas essa pesquisa só foi possível por conta do apoio do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e os aportes financeiros que essa instituição recebe, tanto internacional quanto nacionalmente. P Por exemplo para eu fazer a pesquisa do meu doutorado eu precisava pegar um avião até Manaus, de Manaus pegar outro avião até Tefé e lá ainda precisava de todo o suporte do Instituto para ter barco, para a gente ir até as reservas, alimentação, transporte... Logo é um custo muito alto, para fazer isso com dinheiro próprio seria impossível, por isso que essas agências são cruciais para que de fato a ciência possa ocorrer, possa ser desenvolvida, sobretudo no campo da Arqueologia, que não é uma área que você vai ter tanto investimento privado, que você vai ter grandes corporações interessadas colocando dinheiro como em outras áreas do conhecimento, dessa forma precisa dessas agências e desses aportes.

Ainda pensando sobre o financiamento que essas agências promovem e voltando na questão anterior, a verba das agências está muito direcionada para o que se entende como pesquisa, no meu caso que também estou nessa interface de pesquisa e extensão, muito do que eu faço, para muitos editais, não é considerado pesquisa porque estou nessa relação com as pessoas, eu estou nessa perspectiva educacional... Portanto essas agências precisam investir mais em projetos que invistam nesses trabalhos de extensão, entendendo essa indissociabilidade entre

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

ensino, pesquisa e extensão. E, inclusive, as práticas extensionistas também desenvolvem pesquisa. A extensão não é somente aplicar o que você pesquisa dentro do seu laboratório e ir lá lançar para as pessoas. Nessa relação extensionista você está pesquisando, no caso do meu doutorado, eu cheguei ali nas comunidades, não foi na perspectiva de “vou ensinar para vocês o que a Arqueologia Amazônica vem produzindo nas últimas décadas”, pelo contrário, eu fui para lá para criar essa relação dialógica, para isso eu precisei fazer todo um esforço de pesquisa, no sentido de conhecer a comunidade, conhecer suas histórias de vida, conhecer essas lideranças, lidar com esses conhecimentos tradicionais para a partir disso começar a fazer um trabalho que a gente pode classificar como um trabalho de extensão. Eu converso muito com os colegas de área, porque quando aparece um edital de fato voltado para extensão a gente tem que soltar rojões, porque eles são bem pontuais, é claro, eles existem, mas comparados aos editais voltados para aquilo que se entende como pesquisa, é muito pequeno e no ponto de vista internacional, menos ainda. Os financiamentos internacionais estão muito voltados para essas tendências da área do momento, a gente precisa sensibilizar essas agências para tentar equilibrar esses aportes financeiros.

RE: Você compõe o corpo editorial da Revista EducaMuseo e realiza trabalhos de revisão para vários outros periódicos, como a Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, a Revista de Arqueologia e, entre outros, os Cadernos do LEPAARQ. Na sua opinião, qual a importância das revistas acadêmicas?

MS: As revistas acadêmicas que são revisadas por pares são importantes para que possamos divulgar o que estamos produzindo e não só, mas também para que possamos trazer novos dados para os nossos pares, para nossos colegas de área. A ciência é feita dessa forma, então a gente faz todo o movimento de pesquisa, depois a gente traduz isso a partir dos nossos - textos acadêmicos e a gente divulga. Esses textos vão ajudar outros colegas que estão trabalhando na mesma área, para que tenham novas ideias, que avancem com as perguntas que a gente traz dentro destes artigos... Os periódicos são importantíssimos apesar que hoje, dentro dessa ótica neoliberal que está super dentro das universidades existe essa cobrança pela produtividade, 'você tem que escrever tantos artigos por ano senão você não pode ser cientista, senão você é um mau cientista se você não tem produtividade, se você não tem Qualis A, B ou C. Você tem que escrever artigos para os periódicos que são bem pontuados, também tem uma corrida que é um pouco insana... Hoje também tem todo um movimento tentando repensar essa demanda constante de que os pesquisadores têm que ficar o tempo todo pesquisando, porque às vezes a pesquisa tem um tempo mais longo e às vezes você ainda está fechando seus dados e precisaria de mais tempo para lidar com aquelas informações, mas devido a essa cobrança da produtividade você escreve, tem essa cobrança no mundo acadêmico que a gente precisa fazer uma ponderação. Mas esse movimento de participar como revisor de periódicos é importantíssimo, porque é isso que vai garantir a qualidade, que vai garantir que essa ciência esteja sendo produzida de uma forma correta, ética, conectada com as questões do presente. Esse movimento de revisão e de participação no corpo editorial como eu participo da Revista EducaMuseo, que é de uma universidade lá de Córdoba, é justamente esse movimento de tentar ampliar a área do conhecimento com profissionais de diferentes localidades, com diferentes

“Um arqueólogo não pega um fragmento cerâmico e entende o fragmento pelo fragmento... Ao mesmo tempo que estamos produzindo uma interpretação, o fragmento também está atuando sobre a gente”

especialidades. Temos que participar desses processos, temos que escrever artigos mas acho que hoje temos que também fazer uma crítica dessa cobrança por uma produção acadêmica desenfreada. A pessoa quando está no doutorado, por exemplo: você está fazendo o doutorado, está lidando com seus dados e ao mesmo tempo tem que escrever artigos, você tem essa cobrança, você está fazendo o doutorado, mas também tem que publicar. Não sei se esse é o caminho certo para o avanço do conhecimento, acho que a gente poderia tentar repensar o que é fazer ciência, quais são os tempos da ciência, sair um pouco desse ritmo da produtividade. Precisamos desacelerar, para o nosso bem e para o bem do planeta!!!

RE: Nós agradecemos muito a entrevista! Gostaria de dizer algumas palavras finais e/ou, deixar, talvez, uma mensagem às e aos estudantes de História?

MS: Bom, gente, eu agradeço vocês pela oportunidade de poder falar um pouco da minha trajetória e da minha atuação no Museu de Arqueologia e Etnologia e eu gostaria de reforçar, de enfatizar o convite para os estudantes de História e para os estudantes da USP em geral, que o MAE está de portas abertas para todo mundo, quem tiver interesse de participar das nossas atividades educativas, quem tiver interesse de cursar alguma disciplina optativa no Museu, conhecer a nossa instituição, conhecer o nosso acervo, se aproximar... O Museu é um museu público e está aberto, a ideia é justamente que os estudantes frequentem esse espaço. Um detalhe é que o público de estudantes da universidade que frequentam os museus da USP é um número muito baixo ainda, tem muitos estudantes, acho que não é o caso da

História, já que a gente tem uma relação de proximidade muito grande, mas tem outras áreas do conhecimento que o estudante passa cinco anos na USP sem entrar, sem frequentar os museus universitários. Então deixo aqui o espaço aberto para quem tiver interesse, quem quiser conhecer o Educativo e também as outras áreas do museu, podem nos procurar e também acompanhar as nossas redes sociais, [Instagram @maeusp, Facebook e YouTube] e também o nosso site.. Acho que a História está em um processo de transformação e o MAE tem bastante o que contribuir com esses novos interesses que vem surgindo. A Arqueologia pode contribuir muito nesse sentido, ajudar a contar essas outras histórias indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e de outros segmentos sociais.